



# Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 162.ª SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1.979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é observada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO MACANHÃO, ocorrido em data de hoje, na Cidade de Cascavel.

O extinto era pessoa muito querida no seio da família cascavelense, onde foi um dos pioneiros da cidade.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e atendendo às formalidades legais, REQUER um voto de congratulações à COOEDITORA pelo lançamento de nove livros escritos por autores paranaenses.

Trata-se de uma editora totalmente paranaense, que visa promover os nossos escritores.

Na noite deste dia 20 estarão autografando livros os autores Andrade Muricy, Alencar Furtado, Roberto Gomes, Fernando Nogueira, Wilson Rio Apa, João Donha, Airo Zamonier e Werner Zotz.

A COOEDITORA, assim está prestando um grande serviço

à popularização da literatura em nosso Estado.

Requer, outrossim, o envio de expediente à COOEDITORA, comunicando o presente.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ciência e aprovação do Plenário, seja inserido nos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Jornal "Diário Popular", na pessoa de seu diretor-presidente Abdo Aref Kudry, pela edição "Os Melhores do Ano", tradicional publicação que se repete anualmente.

Requerem, outrossim, seja extensivo o presente voto às personalidades apontadas pelo citado jornal, com destaques nos diferentes setores da atividade paranaense.

Que do presente sejam oficiados os homenageados.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1.979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da COPEL, no sentido de gestionar junto ao Banco do Brasil para que sejam mantidos os juros de 13% ao ano para financiamento dos contratos de eletrificação rural já firmados com a COPEL, evitando com isso o cancelamento dos serviços que estão sendo executados em vários municípios.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com o respaldo do Plenário, REQUER seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde, para que seja construído novo prédio do 16.º Distrito Sanitário, em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica pelo fato do prédio atual no qual está instalado o 16.º Distrito Sanitário de Jacarezinho, não oferecer mais condições de higiene, espaço e segurança não atendendo, portanto, às necessidades daqueles que são enviados para atendimento da saúde e os próprios funcionários que ali labutam.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, que seja encaminhada sugestão ao Excelentíssimo Sr. Aureliano Chaves, DD. Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional de Energia, em Brasília, no sentido de que inicie estudos objetivando o aproveitamento das pesquisas realizadas pela ABRAPEC - Associação Brasileira de Pesquisas Científicas, sediada em Itajubá - MG, relativas à substituição imediata do petróleo pelo hidrogênio e metanol.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Nós brasileiros, temos um grande acervo de tradições populares que merecem ser conhecidas e cultivadas, porque os povos que as olvidam ou as menosprezam perdem a consciência de seu próprio destino.

Mais ama o povo quem o ama em suas tradições.

E nosso País é riquíssimo em tradições. É nosso dever divulgá-las e valorizá-las, para que as gerações futuras não se percam em manifestações alienígenas que só contribuiriam para dificultar a formação de uma autêntica cultura nacional.

É preciso que aqueles como nós, que por força das próprias atribuições cotidianas vivem quase que enclausurados nos gabinetes de trabalho, façam com que, num abrir de janelas, deixem entrar o ar impregnado do perfume agreste das músicas, pela melodia constante dos folguedos e pela alegria envolvente das gentes em festa.

Exaltemos aos que de fato pretendem cultivar a memória brasileira e que têm, como uma de suas mais vibrantes formas, as festas de cunho genuinamente popular.

Assim preambulamos este nosso pronunciamento que tem por objetivo maior justificar o voto de congratulações que hoje estamos endereçando à Mesa.

E o fazemos conscientes de que nosso Estado, tradicional acolhedor de imigrantes de todos os matizes, terra hospitaleira por excelência, tem na cidade de Realeza, cognominada de “Rainha do Sudoeste do Paraná”, um dos maiores redutos de autêntica preservação do folclore nacional, gaúcho de origem, mas paranaense de coração.

Referimo-nos em particular ao CTG, Sinuelo da Saudade, que de 14 a 16 do corrente patrocinou o Primeiro Rodeio Crioulo Internacional.

Estivemos presentes e recebidos com o carinho costumeiro da hospitalidade de Realeza.

O povo realezensê, engalanado, brindou a todos os visitantes com apresentações dos mais típicos costumes sulistas, como ginetadas, tiro de laço, fandango, missa campal no mais puro espírito tradicionalista e apresentações artísticas várias, revivendo as origens e mantendo acesa a chama do patriotismo que é, antes de mais nada, o apego às sadias tradições do solo que os acolheu.

Nossa satisfação em destacar este acontecimento no Sudoeste do Paraná, é dupla. Primeiramente, por presenciar a alegria espontânea do povo que prestigiou o acontecimento, apesar das condições climáticas adversas; e vendo o povo contente, nós que o representamos, também nos sentimos felizes.

Em segundo lugar, por constatar que nossas mais caras tradições, que se constituem no laço mais forte que prende o homem à terra, fazendo-o amá-la sempre mais, continuam intactas no Sudoeste do Paraná.

Requeremos, e esta Casa aprovou por unanimidade, um voto de congratulações à Realeza e ao CTG Sinuelo da Saudade, promotor do Primeiro Rodeio Crioulo Internacional, em suas amplas e recém-inauguradas instalações.

Nossos cumprimentos ao povo de Realeza e região, pela magnífica demonstração de culto às nossas mais caras tradições. Cumprimentos que enviamos na pessoa de Francisco Dors, Prefeito Municipal, Mário Maccarini, coordenador do evento e de Amélio Civa, em nome dos componentes da patronagem do CTG de Realeza.

Contamos com o apoio dos nobres Srs. Deputados a este nosso voto de congratulações, pois estamos convencidos

de que o grau de cultura de um povo tem como um dos seus parâmetros mais eloqüentes, o cultivo de suas mais nobres tradições”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos recebido diversas manifestações de agricultores da região Oeste do Paraná e de entidades classistas desse setor, sediados em vários municípios daquela região, relativamente à edição do “pacote econômico”.

O Estado do Paraná sofreu um forte abalo na sua economia, com a edição deste momentoso “pacote econômico” feito há poucos dias, pelo Governo Federal, e os seus setores mais atingidos no Paraná, sem dúvida, foram a agro-indústria e o próprio Tesouro do Estado, principalmente tendo em vista a sua dívida, baseada em dólar, (em empréstimo externo, que sofre uma diminuição no seu patrimônio da ordem de 30 por cento diretamente, e quanto a este volume, a este abalo do Tesouro, basta relacionar a quantidade da sua dívida, avaliável e computável, entre o dólar e o cruzeiro, que é a moeda vigente.

Mas, para a agricultura, Sr. Presidente, trará consequências das mais graves que as imagináveis, a partir da taxa de juros, que era da média de 15 por cento ao ano, e agora, com a nova política do Governo, alcançará quase 30 por cento, dá para se perceber que há uma forte queda no estímulo da produção agrícola, na comercialização e em todos os setores que derivam desses produtos primários.

De quebra, virão os reajustes cambiais nos insumos, adubos, fertilizantes, pesticidas, máquinas, combustível, salários e tantas outras consequências desdobráveis a partir desta política do Governo e o agricultor sofre agora, a mesma queda, o mesmo golpe dado aos investidores do mercado de ações ou de papéis da Bolsa, a partir de 1973 e 1974, no Governo Médici.

O Governo, desejando equacionar o índice de produção agrícola, para exportar o máximo que puder, tinha em mente, equilibrar a balança de pagamento e minorar a dívida externa e os seus efeitos. Ocorre que a inflação hoje é alarmante, superior àquela que foi motivo de se fazer essa pseudo-Revolução em 1964, chegando a ser superior e preocupante, mais preocupante do que uma peste de caráter nacional, e os reflexos diretos e indiretos se sentiram desde logo na agricultura, tendo em vista a política de preços mínimos, os preços de garantia oferecidos pelo Governo, para atrair o maior nível de produção, e a partir de agora, com o deságio de 30 por cento.

Já que os preços internos acompanham a equivalência da moeda americana, que é a nossa forma de padrão e as consequências também são drásticas, a nível do êxodo rural e é preciso se lavar mais uma vez, um protesto veemente, firme e até contundente, Sr. Presidente, no sentido de que o Governo altere de uma vez por todas a sua estrutura funda, dos seus programas econômicos, financeiros, sociais, para que a agricultura, que representa hoje 70 por cento da produção nacional, não sofra o pior desestímulo de todos os tempos.

Fala-se ainda de um “vasamento” que gira em torno de trinta bilhões de dólares, que estaria sendo auferido por empresas que teriam tido conhecimento da desvalorização desta moeda e faz muito bem o eminente Deputado Hélio Duque que procura articular uma maneira a nível de parlamento para equacionar o conhecimento desses desvios, no meu entender que seriam desvios, e detectar onde estão as informações para assegurar lucros de algumas empresas vinculadas com o Governo, ou de homens vinculados com o sistema vigente. Isto cheira, Sr. Presidente, negociata, que já está sendo objeto de preocupação de alguns setores da opinião pública nacional.

Sr. Presidente, fica aqui em nome da agricultura, o protesto e a contradição que o Governo vem causando e criando problemas na própria economia interna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos ouvindo constantemente manifesto do Sr. Ministro do Planejamento, do Sr. Ministro da Agricultura, procurando incentivar para que não haja um grande número de migração em nosso País. É a grande preocupação manter na zona rural o trabalhador. E para isso, se iniciou uma grande campanha, no sentido de que possibilitasse os meios mais necessários para o desenvolvimento da zona rural.

No tocante à eletrificação rural, fizemos no ano passado na minha região, um levantamento já com projetos aprovados pela ELETROBRÁS e a Copel procurou entrar em entendimento com vários municípios, fazendo o cadastro para a eletrificação rural.

Na semana atrasada, tivemos oportunidade de assistir a uma reunião no Município do Marumbi, quando mais de cem agricultores que aderiram a esta campanha, já com contrato firmado com a COPEL, ao lado, a equipe do Banco do Brasil acompanhando e fazendo os cadastros para financiamento e anunciando o juro de 13 por cento ao ano.

Qual não foi a surpresa desses agricultores ao tomarem conhecimento, depois da posseção já distribuída em várias partes do município, de que o juro seria de 29 por cento, impossibilitando que esses agricultores dessem continuidade a esse serviço. E tivemos conhecimento que nesta semana, vários agricultores procuraram o Prefeito para fazer o cancelamento do serviço de eletrificação rural em sua propriedade.

Esse é um desestímulo, principalmente nos municípios onde houve a erradicação do café e que está predominando o plantio da soja e do trigo, só através da eletrificação rural é que poderemos ampliar e melhorar, ter uma melhor diversificação, principalmente com a instalação de granjas.

Estou, neste sentido, fazendo um apelo ao Presidente da COPEL, para que gestione junto ao Banco do Brasil, para que mantenha os juros de 13 por cento para os contratos que a COPEL já tem firmados. E, na impossibilidade de manter esses 13 por cento pelo Banco do Brasil, que o financiamento seja feito direto através da COPEL com esse juro, evitando que seja prejudicado o município, os agricultores, e trazendo em consequência grandes prejuízos para o desenvolvimento do nosso Estado.

Era esse o apelo que queria fazer e pedir o apoio dos Srs. Deputados, no sentido que aprovem o requerimento de apelo ao Sr. Presidente da COPEL.

Era só.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo um verdadeiro processo de delírio governamental e o atestado inequívoco da falta de capacidade para resolver os gravíssimos problemas do Brasil.

Ainda ontem, os jornais publicavam a manifestação do Ministro Karlros Rischbieter, conclamando as multinacionais para colaborarem com a Nação na atual conjuntura, fazendo com que a capacidade ociosa de sua produtividade fosse colocada a nível de exportação para fazer frente tanto ao balanço de pagamento, como a balança comercial do País.

Mas, ao mesmo tempo, e se faço este intróito para colocar

uma outra preocupação, é diante das contraditórias notícias que surgem com referência à produtividade da soja e os preços do mercado mundial.

E o faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, principalmente cotejando alguns dados recentemente divulgados, pois a Conferência Mundial sobre Perspectiva da Agricultura para temporada 1.979/1980, realizada no início do mês de novembro, em Washington, nos Estados Unidos, concluiu posições realmente nebulosas, com referência à colocação de produtos alimentares bem como a posição dos mesmos, em especial da soja, no mercado internacional, na oferta e procura.

Diz uma das conclusões da Conferência Mundial sobre Perspectiva da Agricultura, de que o Governo brasileiro enfrentará, por certo, dificuldade para melhorar o comportamento de sua balança comercial em 1980. Os preços do trigo, por exemplo, deverão sofrer um aumento de 22 a 35 por cento em relação à média do ano comercial de 78/79. Enquanto que as cotações do complexo soja, grão, óleo, farelo, devem sofrer um desaquecimento, em consequência da redução da atividade econômica mundial, com reflexos imediatos sobre a demanda por óleos vegetais e por produtos de origem animal, prejudicando, desta forma, a procura de grãos forrageiros e farelos.

A Conferência que é promovida pelo Departamento de Agricultura da América do Norte, é realizada anualmente; este encontro tem sempre o objetivo de analisar as perspectivas de demanda e oferta para produtos agrícolas, abrindo para os países consumidores e exportadores, a possibilidade de traçarem a estratégia comercial que mais lhe convém.

A Conferência, no seu final, conclui que a oferta de grãos será menor. A demanda permanecerá praticamente estável e os preços subirão muito pouco em relação ao nível atual em que se encontram.

A mesma Conferência ainda destacou que a colheita mundial de trigo deverá atingir 401 milhões de toneladas, o que corresponde a uma queda de 9 por cento em relação ao recorde do último ano, que a produção atingiu a 439 milhões de toneladas. A maior quebra está sendo esperada na União Soviética, onde deve ocorrer uma quebra em torno de 31 por cento. A produção do Canadá, Austrália e Argentina está estimulada em 41 milhões de toneladas, ou seja, seis milhões de toneladas acima da última safra.

Aí um detalhe importante, nos Estados Unidos, a colheita deve alcançar 57,5 milhões de toneladas, significando um acréscimo de 18 por cento.

Por outro lado, em termos de exportação de soja, as perspectivas para o Brasil, segundo conclusões deste conclave, não são das melhores. A produção mundial de óleos vegetais deve alcançar 96,5 milhões de toneladas, o que corresponde a um incremento de 13 por cento na oferta mundial. Enquanto isto, o consumo previsto é de 91 milhões de toneladas, significando que os estoques passarão de 7,4 milhões para 12,8 milhões de toneladas.

Esta situação deverá provocar certamente uma queda no preço dos óleos vegetais, onde se inclui a soja, agravada pelo desaquecimento da atividade econômica mundial.

Em termos de produtos para alimentação animal, a produção mundial deverá alcançar 730 milhões de toneladas, na temporada de 79/80, situando-se três por cento abaixo da temporada anterior.

Pois bem, Sr. Presidente, concluo, dizendo que estas manifestações vindas desse estudo da Conferência mundial sobre Perspectivas da Agricultura para temporada de 79/80, realizada em Washington, têm um significado importante, porque um mês e dez dias depois os noticiários relacionados à produção agrícola mundial dão referência de que na própria União Soviética os grãos têm previsão favorável e de talvez uma das grandes produções naquele País, o que coloca em xeque as próprias argumentações trazidas pela Conferência realizada pelo Departa-

mento de Agricultura dos Estados Unidos.

Concluo dizendo, Sr. Presidente, que se faz aqui extremamente necessário uma convocação da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, do Ministério da Agricultura, em especial do Banco do Brasil, do Banco Central e do Ministério do Planejamento, para que se façam estudos imediatos, profundos e claros, para situar a realidade mundial da soja. Porque, se nós estamos hoje plantando para colher dólares e não alimentos, não podemos esquecer, neste instante, quando todo o Brasil pretende uma superprodução de soja, que nós estejamos nas mãos dessas especulações de interesses multinacionais de outros países.

É a conclamação que fazemos da tribuna, e para que esta Casa possa remeter esta conclamação aos órgãos referidos, para que se tenha nas mãos do produtor, das cooperativas, das Secretarias de Estado, das Secretarias de Agricultura, uma realidade palpável do Comitê da Soja, do Ministério da Agricultura, diante desse desencontro de informações sobre a cotação desse produto no ano que se aproxima.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Nesta política de se procurar uma alternativa para substituição do petróleo, mais propriamente dito da gasolina, nós elaboramos um trabalho e que apresentamos nesta Casa no dia de hoje, e que demos o nome de "ÁLCOOL versus ALIMENTO". (Le)\*

"Nessa breve colocação procuramos primeiramente reunir algumas informações que permitissem situar e compreender o Programa Nacional do Alcool. Em segundo lugar, passamos a fazer algumas considerações sobre os aspectos que mais de perto se referem aos trabalhadores rurais, e em terceiro lugar, passamos a definir as posições a serem assumidas pelos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe.

Como é de conhecimento de muitos, o Programa Nacional do Alcool surgiu, institucionalmente, em novembro de 75, motivado pelos elevados aumentos nos preços internacionais do petróleo que vieram a ocorrer a partir de fins do ano de 73. Os novos preços do petróleo passaram a exercer fortes pressões em nossa balança de pagamento, com graves efeitos inflacionários internos, devido a acentuada dependência de nossa economia às importações de petróleo, que se constitui em principal ponto de energética do qual depende, em sua maior parte, o funcionamento do nosso sistema industrial e de transporte.

Assim, a origem do Programa Nacional do Alcool, deveu-se sobretudo, à necessidade de atenuar as pressões sobre o balanço de pagamento, agravadas pela crise mundial do petróleo, através de uma maior produção, suprimento e utilização do álcool como alternativa energética, em substituição progressiva dos combustíveis líquidos derivados do petróleo.

Na época do surgimento do Programa Nacional do Alcool, a capacidade de produção do parque industrial alcooleiro instalado no País, era na ordem de cerca de um bilhão e cento e cinquenta milhões de litros anuais, sendo que nos últimos cinco anos que antecederam a criação do PRÓÁLCOOL, a produção nacional variou em torno de seiscentos milhões de litros anuais, significando dizer que as destilarias estavam trabalhando com uma capacidade ociosa de aproximadamente 48 por cento.

Essa alta ociosidade do parque alcooleiro vinculado à produção de açúcar, devia-se à situação favorável do mercado açucareiro mundial e a baixa remuneração de sub-produto atribuído para o álcool. Porém, com a queda do preço do açúcar no mercado internacional a partir de 1974, a solução trazida pela PRÓÁLCOOL representou também uma tábua de salvação para a indústria canavieira.

Assim, passou o Governo a incentivar o aumento da

produção do álcool através de estímulos e facilidades concedidas aos empresários da agro-indústria canavieira, tais como, estabelecimento de paridade de preços com o açúcar, garantir seguro de mercado para o álcool, isenção do imposto único sobre lubrificantes, condições vantajosas de financiamento para modernização, ampliação ou instalação de destilarias de álcool.

Com isso, ocorreu o significativo aumento na produção de álcool, sendo que a safra de 78/79, apresentou um crescimento de 275 por cento em relação à safra de 74/75. Durante 1978, foram misturados à gasolina 1,5 bilhões de litros de álcool anidro, volume 2,4 vezes superior ao ano de 1977, e 8,8 vezes maior que o ano de 1976.

Até março do corrente ano, haviam sido aprovado pelo Conselho Nacional do álcool 228 projetos para complementação de equipamentos industriais, ampliação e instalação de destilarias, totalizando uma produção de 4 bilhões e 37 milhões de litros de álcool por safra, representando investimentos de 23 bilhões e 764 milhões de cruzeiros em ambos os setores, industrial e agrícola, dos quais 79,2 % praticamente 80% serão financiados através de bancos oficiais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Bancos Estaduais de desenvolvimento.

Dos duzentos e vinte e oito projetos já aprovados, apenas dez utilizam como matéria-prima a mandioca, enquanto os 218 empregam a cana-de-açúcar.

Até o final da presente safra (79/80), dos 228 projetos aprovados pelo Conselho Nacional do Alcool, devem já estar implantadas 144 destilarias, sendo 50 unidades no Norte-Nordeste e 94 unidades produtoras no Centro-Sul, deste total apenas uma utiliza mandioca como matéria-prima, significando dizer que a cana-de-açúcar vem respondendo pela quase totalidade da matéria-prima empregada na produção do álcool, existindo estimativas indicando que até 1986 a cana-de-açúcar não deverá responder por menos de 90% da matéria-prima usada na produção do álcool.

Considerando as 144 destilarias com previsão de funcionamento na presente safra 79/80, a estimativa de expansão da área plantada com cana de açúcar é de 160.000 hectares, ao que se deve somar cerca de 800.000 hectares de cana destinada à produção de açúcar, mas que deverá ser empregada diretamente para produção de álcool nas destilarias anexas, totalizando 960.000 hectares de cana-de-açúcar para produção direta de álcool.

Qualquer projeção que se faça em relação à produção futura de álcool é preciso ter em vista que, de acordo com os rendimentos médios atuais, um hectare de cana-de-açúcar produzindo em média 50 toneladas de cana permite a obtenção de 3.350 litros de álcool por ano. Assim sendo, para a consecução de uma meta anual situada em 10 bilhões de litros de álcool (quantidade esta apenas 2,5 vezes superior à capacidade de produção dos 228 projetos já aprovados pelo Conselho Nacional do Alcool), serão necessários quase três milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar para a produção direta de álcool.

Para se alcançar esta meta de um bilhão e setecentos milhões de litros de álcool, haverá necessidade de instalar-se em nosso Estado 80 destilarias com capacidade de produção diária de 120.000 litros de álcool por dia. Para esta produção anual de álcool, necessariamente teremos de ter uma área plantada em cana de aproximadamente 405.000 hectares de terra, que devido à fragilidade da cana-de-açúcar com respeito ao clima, terá que ser localizada acima do paralelo 24', onde hoje se concentra a maior produção paranaense de arroz, feijão, milho, carne bovina, café, algodão, além de trigo e soja.

O que significaria para o nosso Estado esta substituição? Tomamos por base a produção paranaense desses produtos

(diga-se de passagem os mais importantes em nossa mesa diária) na última safra:

ARROZ — Área plantada 413 mil hectares, produção, 600 mil toneladas.

CAFÉ — Área plantada, 900 mil hectares, produção, 768 mil toneladas de café em côco.

FEIJÃO — (das águas) 748 mil hectares, produção, 628 mil toneladas; (das secas) área plantada, 100 mil hectares, produção, 60 mil toneladas.

MILHO — Área plantada, 2.215.000 hectares, produção . . . 5.110.000 toneladas, com rendimento médio de produção por hectare, de 2.307 quilos.

CARNE BOVINA — Total do plantel, 6.172.065 cabeças com uma média de 1,35 por hectare.

Em estudo elaborado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, mostrou que a participação de nosso Estado no Programa Nacional do Alcool, exigirá grande expansão da lavoura canavieira e que trará enormes prejuízos em detrimento de culturas tradicionais como aquelas citadas.

Assim, perderemos com o algodão, 28 mil hectares de sua área, atualmente cultivada; o arroz perderá 20 mil hectares; o feijão, 30 mil hectares; o café, 90 mil hectares; o milho, 76 mil hectares; a soja, 90 mil hectares; no total serão 350 mil hectares, o que levará o Paraná a uma redução de mais de meio milhão de toneladas anualmente de culturas como o arroz, feijão, café, trigo e outras, com prejuízo aproximado em 5 bilhões de cruzeiros por ano.

Esta nossa preocupação vai ainda mais longe, se analisarmos ainda o esvaziamento humano de nosso Estado, em apenas sete anos, 72/79, deixaram de existir no Paraná 104.000 propriedades rurais, milhares de trabalhadores que emigraram para outros Estados. A prova disso, está nos milhares de brasileiros (a maioria oriunda do Paraná), atualmente residindo no Paraguai, Argentina e mesmo no Brasil, territórios como o Acre e Rondônia, onde a maioria da população é também paranaense. Outro aspecto negativo a considerar, é que a tradição canavieira no Brasil, neste tipo de cultura, é a exploração por extensão, isto quer dizer, que esta área de aproximadamente 450 mil hectares de terras, onde a predominância maior é o pequeno e médio proprietário, dentro de poucos anos outros milhares de paranaenses estarão dando seus lugares à ganância do latifúndio fundiário, transformando esta grande parcela do território paranaense, propriedade de um pequeno grupo de privilegiados, e que em grande escala não serão nem brasileiros.

Se querem um exemplo real, façam uma visita às cidades de Bandeirantes, Jacarezinho, Porecatu, Santo Antônio da Platina, Cambará, etc., e verifiquem a quantos proprietários rurais pertencem aquelas imensas áreas plantadas em cana para produção de açúcar e álcool. E ainda mais, são nestas áreas também, que se concentram o maior número de trabalhadores eventuais.

O Brasil deverá fastar neste ano de 1979, somente em exportações dos principais produtos, arroz, feijão, carne, milho, trigo, alpiste, alho, um bilhão e meio de dólares, e nós ainda vamos diminuir 405 mil hectares, onde a concentração maior é exatamente a produção desses produtos.

Mesmo com todos estes pontos de vista emanados, não somos contrários ao programa de instalações de destilarias de álcool no Brasil; somos contrários à forma como estão sendo instaladas; achamos que até em nosso Estado poderia se instalar algumas destilarias mas, adotando o seguinte critério:

a) adotar um critério de zoneamento, visando primeiro, que a área a ser plantada em cana-de-açúcar não venha a se transformar em área tradicionalmente, com cultura diversificada em monocultura da cana-de-açúcar.

Segundo, levar em consideração o alto grau de poluição

proveniente dessas destilarias, principalmente para nossos rios;

b) de preferência, que os projetos para as destilarias sejam realizados através de cooperativas a fim de que haja uma participação maior dos agricultores;

c) que nas áreas onde se instalarem essas destilarias sejam dados incentivos a todos os proprietários, indistintamente, para que os mesmos não sejam atraídos por oferta de compra que no momento podem aparecer vantajosa, mas a realidade tem demonstrado o contrário.

d) disciplinar a política das cotas de participação para os fornecedores de cana a essas destilarias de forma que a área plantada em cana-de-açúcar em cada propriedade não ultrapasse trinta por cento da propriedade. Desta maneira, estaremos evitando grandes extensões de monocultura da cana, manteremos uma cultura diversificada e evitaremos o esvaziamento maior ainda de nosso Estado.

Para concluir, acreditamos ser o álcool, a curto prazo, a grande alternativa do Brasil no setor de combustível. Mas para o Estado do Paraná, cuja participação no PROÁLCOOL alcançará apenas dez por cento da produção nacional, no entanto, temos outras fontes de energia em nosso Estado, que se usada daria uma participação maior na produção da energia nacional. O xisto e o carvão mineral estão aí à espera de uma política, mais agressiva no setor.

Nesta substituição, álcool por alimentos, qual o mais importante: o tanque do automóvel ou o estômago do homem?"

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Com todo o prazer, nobre Deputado.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência está abordando da tribuna um assunto que toma conta do Paraná, do Brasil e do mundo inteiro, que é o problema da energia, e Vossa Excelência traz dados, subsídios a esta Casa, dos mais importantes, dos mais sérios.

Entretanto, nobre Deputado, o Programa Nacional do Alcool, ainda não se firmou.

Lançado em 1974, 1975, ele não pode ainda ter aquela intensidade que o problema necessita e requer. O Brasil já deveria estar hoje, utilizando o álcool na ordem de trinta a quarenta por cento. Mas, infelizmente, os critérios, as formalidades, a cada dia que passa, retardando e desestimulando o empresário brasileiro que se preocupou e quis se dedicar ao problema.

Mas, quero congratular-me com Vossa Excelência, pelo importante pronunciamento que Vossa Excelência faz, oportuno ao todo, mas seria bom, nobre Deputado, que a política que orienta, que disciplina a produção do álcool, tomasse conhecimento de dados como o que Vossa Excelência traz hoje a esta Casa.

Quero manifestar a minha opinião pessoal, dizendo que o Governo deveria deliberar a produção do álcool, como é liberada a produção de arroz, feijão e leite, porque a gravidade as condições que estão hoje, só uma fórmula parece-me que seria eficiente, que era produzir álcool.

Não importa se seria de quinhentos litros, mil, dois mil, mas era preciso produzir álcool. E só através de critérios com mini-destilarias, é que talvez pudesse chegar lá.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, e quero que Vossa Excelência permita que eu possa subscrever este pronunciamento tão oportuno que Vossa Excelência traz hoje a esta Casa.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito também no PROÁLCOOL e o problema energético brasileiro é um problema brasileiro, e nós temos que resolvê-lo a nível de Brasil, e não se preocupar tanto a nível de Paraná.

Acredito eu, quando o petróleo custava para o Brasil,

4, 5, 6, 8 dólares por barril, dizia-se e naquela época já estava implantado o projeto em São Mateus do Sul, que o xisto no Estado do Paraná não seria aproveitado industrialmente, porque o custo ficaria em torno de 12 dólares por barril. No entanto, esse petróleo passou a 10, 12, 14, e agora mesmo nós estamos lendo os jornais aí que deveria ficar entre 24 e 30 dólares por barril, e no entanto, nós que moramos aqui no Paraná, não sentimos por parte da PETROBRÁS, uma política realmente agressiva no aproveitamento do xisto, em nosso Estado.

E dizem os técnicos que a segunda maior jazida de xisto no mundo está exatamente no Brasil, e mais precisamente a maior parte dela, no Estado do Paraná. E que somente essa jazida produzindo, se transformada toda ela em petróleo, teria uma produção total quase igual às reservas dos maiores países produtores de petróleo hoje no mundo.

Então, não entendemos, realmente, porque não buscar no xisto, aqui no Paraná, a grande alternativa para substituição do petróleo. O próprio carvão mineral, no Estado do Paraná, também está aí. E agora, é que se fala numa política um pouquinho mais agressiva para ainda, no ano que vem, se iniciar um aproveitamento maior.

Outro detalhe: se nós, o próprio Governo aproveitasse grande parte desses recursos, e jogasse em outros setores como no Paraná, quantos e quantos anos, nos meus nove anos de Deputado aqui, desde quando entrei nesta Casa, tenho ouvido discursos, um atrás do outro, e também de entidades de classe do interior, reivindicando e pleiteando sempre a chamada Ferrovia da Soja.

Se usássemos de outro sistema de transporte neste nosso Estado, juntando com o xisto, juntando com o carvão mineral e outras fontes de energia, como elétrica, que nós temos em abundância no Paraná, a maior concentração hidrelétrica está exatamente em nosso Estado, se juntássemos tudo isto num aproveitamento racional, estaríamos contribuindo para a economia do petróleo nacional. Talvez não dez por cento que alcançará nossa cana-de-açúcar, e ainda substituindo áreas hoje ocupadas pelo arroz, feijão, milho, e tantas outras culturas que vamos deixar de produzir.

É um problema realmente muito importante, que deve ser analisado. Outro aspecto, são exatamente neste programa do PROALCOOL, o problema do próprio trabalhador que ficou excluído.

Nós, por experiência, inclusive este Deputado por muitos anos, doze anos, precisamente, foi empregado em usina de açúcar. Conheço, por experiência de trabalho e por convivência, como funciona o sistema de trabalho de uma usina de açúcar, tanto na parte industrial como na própria lavoura, onde um trabalhador trabalha apenas quatro ou cinco, aliás, três a quatro meses por ano, somente, tendo que se deslocar muitas vezes dessa cidade para outras regiões, em busca de outros serviços. Porque, normalmente, a cidade onde se coloca uma usina de açúcar ou uma destilaria de álcool, não tem outra fonte de emprego a não ser aquela, e não é uma fonte permanente, durante todo o ano, onde ele possa ficar e ter a sua ocupação o ano todo. Onde também, nessas usinas, os trabalhadores são a maior parte deles, 70, 80 por cento da mão de obra de uma destilaria ou de uma usina de açúcar, é explorada no sistema chamado bóia-fria. Onde este trabalhador não tem nenhuma garantia de emprego, permanência de salário, de transporte e uma série de outros bens adquiridos através das conquistas sociais.

Este programa, realmente, necessariamente, deverá ser mais bem estudado.

Para concluir, Sr. Presidente, o nosso tempo na tribuna na tarde de hoje, queremos aqui também, em curtas palavras, dizer que estamos fazendo um trabalho, analisando a repercussão negativa para a agricultura do Paraná.

Estas medidas econômicas que o Governo brasileiro

através do Ministério do Planejamento ou da Fazenda tomou recentemente, cortando uma série de conquistas para a agricultura brasileira, particularmente temos defendido e defendemos a substituição do subsídio do crédito fácil, do juro fácil por preço, mas há necessidade de se dar primeiro, condições ao lavrador, ao produtor agrícola, de ele substituir pelo lucro e o crédito fácil. Não adianta simplesmente se baixar um decreto, sem antes dar condições a este agricultor, dele próprio, alcançar um estágio econômico satisfatório.

Muito bem disse o Deputado Gilberto Carvalho no Pequeno Expediente desta Casa, na tarde de hoje, que realmente centenas de projetos de eletrificação rural neste Estado, contratados por um preço que deveria ser cumprido este contrato, dos contratos já existentes, hoje muitos lavradores dessas famílias que lutaram durante anos e anos para ter um bico de luz, qualquer eletrificação rural dentro de sua casa, hoje ele viu que esta luz está mais distante do que estava, pelo juro, pela forma como se estabelece hoje o crédito agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaremos aqui apresentando também um trabalho com números, com dados, que mostram que lamentavelmente as medidas econômicas, mais uma vez, diga-se de passagem, não foram aquelas para o povo, que deveriam ter sido tomadas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para patentear e que conste dos Anais desta Casa, nosso agradecimento ao Governador Ney Braga, e também à Secretaria dos Transportes, em atenção ao nosso apelo quanto à construção do contorno rodoviário de Jacarezinho, que vinha trazendo sérios transtornos não só à população daquele município, mas a todo o Norte Pioneiro, e também aos caminhões que pela BR-153 trafegavam ou trafegam.

Nosso agradecimento se prende ao fato de que no dia 18, antes de ontem, o Sr. Secretário dos Transportes, juntamente com o Diretor do DER, assinaram o edital em que dá abertura de concorrência vencível no dia 10 de janeiro para construção do viaduto, da ordem de 160m, que compõem as obras desse contorno rodoviário.

Outrossim, fomos informados também, por aquela Secretaria, que as obras de terraplanagem e pavimentação terão o seu reinício, por nós solicitado, também no final do mês de janeiro.

Em se tratando de uma obra de prioridade, em se tratando de obra de grande interesse, de uma vasta população, não só de uma região, não poderíamos deixar de registrar o nosso agradecimento pelo esforço com que aquela Secretaria e o próprio Governo do Estado, e que é do nosso conhecimento, deu andamento aos serviços, porque assim teremos no Norte Pioneiro uma complementação das obras rodoviárias já implantadas naquela região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nestas circunstâncias o Norte Pioneiro, mais uma vez, está de parabéns, e tenho certeza que esta é uma notícia alvissareira para todos nós, porque, além de tudo, mostra que o Governo do Estado, dentro de sua planificação, já começa a desenvolver as obras e, dentro dos recursos previstos para 1980, já está dando andamento, dentro dos prazos previstos, e quero que também as demais obras de todo o Estado tenham, como esta, a mesma atenção.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto a Liderança do MDB, se vai fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Deputado, hoje, sente-se na obrigação de agradecer o famigerado "pacote político" que introduziu no País os novos



Partidos.

Isto porque a imprensa nos trouxe uma grata notícia. E, com a autoridade de quem já ocupou esta mesma tribuna, para solicitar ao Excelentíssimo Sr. Senador Biônico pelo Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, deixasse de infestar o MDB, tive a felicidade de saber que este homem foi inchar o Partido do Governo.

Que tenha uma boa ida e que não tenha um breve regresso, porque, na verdade, uma das exigências que este Deputado irá fazer, e Deus queira que tenha voz ativa para poder fazer valer a sua opinião, é de que Partido que seja decente, não admitirá em suas fileiras e deverá constar de seus Estatutos, uma proibição tática para que nenhum biônico possa ser partidário: nem senador, nem Governador, nem sequer Prefeito biônico desses nomeados que temos por aí, que deverão pertencer a esse Partido, que pretendo pertencer e que pretendo influir em seus estatutos.

Assim, no momento em que o célebre "Alzirão", que teve a profissão de genro de Getúlio Vargas, se bandeou para o Governo, lugar de onde ele nunca deveria ter saído, eu me sinto satisfeito; satisfeito porque ocupei esta tribuna há algum tempo atrás, para dizer que infelizmente nós ainda tínhamos, em nossos quadros, um biônico.

Graças a Deus e a essa reforma casuística, parece que nos livramos de mais um entulho que ocupava o lugar em nosso Partido.

Era esta a informação que queria fazer nesta data.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 170/79), alterando a Organização e Divisão Judiciária do Estado, com a finalidade de adaptá-la às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Parecer Favorável, Emenda da C.C.J., por maioria, e Emendas de Plenário. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

Em votação a Emenda número 1. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 2. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 4. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 5. — Aprovada.

Em votação a Emenda de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso. — (Lê a emenda).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, embora o respeito que merece o nobre Deputado Ezequias Losso, e também da justeza das emendas apresentadas, principalmente a número 4, a Bancada da Maioria nesta Casa, rejeitará as emendas, reservando-se para apreciá-la quando, em março, vier a esta Casa a Mensagem do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Emenda de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, em votação. — Rejeitada.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 176/79), que dá nova redação ao "caput" e incisos I e II do art. 8.º, da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, alterados pela Lei n.º 6859, de 28 de dezembro de 1976. (Reformulação dos níveis das alíquotas do ICM). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 152/79), que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, treze (13) cargos de Procurador da Justiça. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 192/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam criados, na Procuradoria Geral da Justiça como integrantes da carreira do Ministério Público, treze (13) cargos de Procurador da Justiça, que serão preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação própria, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 22 de novembro de 1.979.

(a) NEY BRAGA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 192/79

P A R E C E R:

O projeto sob exame, oriundo da Mensagem número 152/79, encaminhada pelo Sr. Governador do Estado, objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 13 (treze) cargos de Procurador da Justiça.

Examinando o plano de lei, desejamos expender algumas considerações.

Inicialmente, em nosso entendimento, a propositura sob o aspecto legal, preenche plenamente os requisitos indispensáveis.

Quanto ao mérito, julgamos também, está de forma a ser aprovada por esta Casa, considerando-se o seguinte: o Ministério Público funciona no Crime em todos os processos, principalmente por que é "dominus litis".

No Processo Civil, com o advento do Código de Processo Civil de 1973, vigente a partir de 01 de janeiro de 1974, as funções foram enormemente aumentadas, convertendo-se em defensor, do interesse público, e interveniente obrigatório em todos os processos onde haja o interesse público.

Isto veio acarretar um maior volume de trabalho para o Ministério Público que intervêm obrigatoriamente em um maior número de processos.

Interesses de menores incapazes, Direito de Família em Geral, Falências, Concordatas, Desapropriações, Mandatos de Segurança, Acidentes do Trabalho, Ações Populares, todas as ações onde haja participação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno e suas Entidades, como: Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias.

No Sistema Judiciário Brasileiro a prestação jurisdicional que é uma função específica do Poder Judiciário, não se completa sem a intervenção do Ministério Público, a qual é obrigatória em um número cada vez maior de processos.

Por essas razões, em quase todos os Estados, o número de Procuradores da Justiça, isto é, órgãos do Ministério Público em Segundo Grau de Jurisdição, pelo menos nos Estados mais importantes, o número de Procuradores em relação ao Juízes de Segundo Grau (Desembargadores e Juízes do Tribunal de Alçada) é bem aproximado ou equivalente. Ressalte-se que atualmente são em número de vinte e seis Desembargadores e dezesseis Juízes do Tribunal de Alçada, totalizando 42 Juízes do Tribunal de Segundo Grau, além do fato de que brevemente será instalada mais uma Câmara Criminal já criada no Tribunal de Alçada.

E, em contrapartida, o quadro atual tem apenas 13 (treze)

Procuradores, o que corresponde a pouco mais de 1/3 (um terço).

Esta é uma proporção inusitada nos demais Estados.

Além do mais, atente-se para o fato de que um exerce as funções de Procurador Geral, e outro, de Corregedor do Ministério Público, restando onze (11) Procuradores para acompanhar, dar pareceres em todos os processos, nos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Isto ocasiona que esse número reduzido de Procuradores desempenhem as funções do Ministério Público no Grau de Jurisdição do Tribunal.

Para fazer face à demanda, o Procurador Geral da Justiça vê-se obrigado a convocar Promotores do Primeiro Grau nos Processos dos Tribunais, desempenhando as funções de Procurador da Justiça.

Situação que está a desfalcar o Ministério Público do Primeiro Grau, nas Varas de Curitiba, e até nas Comarcas do Interior, pela repercussão.

O projeto em tela visa, com o aumento para 26 (vinte e seis) Procuradores, solução que ainda não é a ideal, um desafogo momentâneo, devolvendo 13 (treze) Promotores de Justiça para os seus lugares; permitindo, ainda, uma melhor distribuição do serviço do Ministério Público.

Mesmo assim, ainda é uma proporção menor do que os outros Estados; todavia, possibilita que haja uma melhor distribuição do Ministério Público do Primeiro Grau, evitando a retirada de tantos Promotores dos seus lugares para suprir o insuficiente número de Procuradores da Justiça.

Desfalcar o Ministério Público é comprometer seriamente a prestação jurisdicional, isto é, uma das funções fundamentais do Estado, com prejuízos para a população em geral.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; João Elísio, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 182/79), que dispõe sobre o artigo 172, item V, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (que trata da gratificação aos funcionários da Secretaria de Estado da Justiça). Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — Em Regime de urgência. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 206/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Aos ocupantes de cargos efetivos, lotados nos estabelecimentos penais do Estado, enquanto tiverem efetivo exercício dentro dos presídios, será concedida a gratificação de que trata o art. 172, item V, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, no valor de até um terço do vencimento-base, observando-se o disposto nos artigos 181 e 276, da mesma lei.

Art. 2.º — A gratificação de que trata o artigo anterior, é inacumulável com a Parcela Adicional Social - PAS.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 2.460.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil cruzeiros), para atender aos encargos decorrentes desta lei, usando como recursos para sua cobertura, os definidos no art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1.964.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1.980, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) NEY BRAGA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 206/79

**P A R E C E R:**

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade possibilitar o pagamento de grati-

ficações de que trata o Art. 172, item V, da Lei número 6174, de 16/11/70, aos funcionários da Secretaria de Estado da Justiça, em exercício funcionando nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.

Analisando o aspecto legal e constitucional da matéria, temos que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, propõe dispositivo previsto na Constituição como matéria privativa de iniciativa do Poder Executivo.

Assim sendo, nada há que possa impedir a sua aprovação por esta Casa, deixando-se o exame do seu aspecto financeiro e de recursos humanos, às demais comissões técnicas que, por certo, a apreciarão.

Com isso, o nosso parecer é no sentido de que a proposição está em condições de ser aprovada por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 206/79

**P A R E C E R:**

De autoria do Poder Executivo, oriunda da Mensagem Governamental número 182/79, que dispõe sobre o art. 172, item V, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, (que trata da gratificação aos funcionários da Secretaria de Estado da Justiça).

Sobre a matéria, houve o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa impedir sua tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Aguinaldo P. Lima, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 183/79), que dispõe sobre a Restruturação do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 177/79, de autoria da C.C.J., que nega prosseguimento ao trâmite da Ação Penal n.º 02/76, de Curitiba - 3ª Vara, em que é autora a Justiça Pública e réus Trajano Bastos de Oliveira, Deputado Estadual e outros. Parecer da C.C.J., considerando a matéria em condições de ser apreciada pelo Plenário. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 177/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — É negada, com fundamento no artigo 32 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o Art. 200, da mesma Carta, e com o Art. 127, § 4.º, item I, do Regimento Interno, a autorização solicitada pelo Tribunal de Justiça, através do Ofício número 161/79, de 04 de dezembro de 1979, para prosseguir no trâmite da Ação Penal número 02/76, de Curitiba - 3ª Vara, em que é autora a Justiça Pública e réus Trajano Bastos de Oliveira, Deputado Estadual e outros.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1.979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Deni Schwartz, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 185/79



## PARECER

Através do Ofício n.º 161/79, de 04 do corrente mês, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, subscrito por Sua Excelência o Sr. Desembargador Acyr Saldanha de Loyola, é solicitada a autorização para prosseguimento da Ação Penal n.º 2/76 de Curitiba, 3.a. Vara, em que é autora a Justiça Pública e réus Trajano Bastos de Oliveira e outros, este exercendo o mandato de Deputado Estadual.

A solicitação vem com fundamentos no disposto na Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o Art. 200, da Constituição Federal, que incorpora os preceitos da Carta Magna aos direitos constitucionais dos Estados.

As considerações que podemos emitir sobre a matéria, fundamenta-se na competência desta Casa para decidir sobre tais pedidos, isto em razão da tradição parlamentar existente em nosso País que envolve não só aspectos do processo em si, como também do aspecto político, no sentido da proteção do mandato ao qual está investido o Deputado.

Assim, a competência para deliberar sobre tais pedidos é exclusivo deste Poder, o qual deverá estar de posse de todos os elementos do processo para que através do convencimento revestido da maior clareza possa conceder a licença ou negá-la.

Bem verdade que o pronunciamento deste Poder Legislativo, não envolverá em tese, pré-julgamento, isto porque a solicitação como foi formulada, não apresenta qualquer indício que possa elucidar a matéria, razão pela qual o nosso parecer é no sentido de negar a autorização solicitada, por falta de esclarecimentos que nos convençam que tal Ação Penal envolva em delito que está sendo imputado ao acusado.

Nestas condições, o nosso parecer é no sentido de que a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1979

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;

DENI SCHWARTZ, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Macanhão, ocorrido na Cidade de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, em forma de apelo, visando a construção de novo prédio do 16.º Distrito Sanitário, em Jacarezinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Vice-Presidente da República e Presidente

do Conselho Nacional de Energia, em forma de sugestão, no sentido de que sejam iniciados estudos objetivando o aproveitamento das pesquisas realizadas pela ABRAPEC. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à COOEDITORA, pelo lançamento de nove livros de autores paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Diário Popular" na pessoa de seu diretor-presidente Abdo Aref Kudry, pela edição "Os Melhores do Ano". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de gestinar junto ao Banco do Brasil, para que seja mantido os juros de treze por cento ao ano para contratos de eletrificação rural. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de lei n.ºs 192/79, 206/79, 208/79 e de Resolução n.º 177/79.

Fica marcada ainda, uma sessão para o mesmo dia, às 14,30 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192/79, 206/79, 208/79 e de Resolução n.º 177/79.

Levanta-se a sessão.